Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Midiatização da saúde pública e comunicação institucional no cotidiano do Sistema Único de Saúde (SUS)[1]

Mediatization and institutional communication in Brazil's public health

Paola Caracciolo

Palavras-chave: Midiatização; Saúde Pública; Cotidiano; Comunicação Institucional.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído no Brasil por meio da Lei nº 8.080 de 28 de setembro de 1990, que estruturou o "conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais" (Brasil, 1990), garantindo o direito constitucional à saúde de maneira universal, integral e respeitando a equidade, isto é, considerando as necessidades de cada caso.

Após 35 anos de existência, o SUS faz parte do cotidiano dos brasileiros, que utilizam os serviços das unidades de saúde, nas campanhas de vacinação, e no dia a dia dos noticiários. Para Machado (2020), "o jornalismo é ator fundamental na produção de sentidos sobre o SUS e um dos responsáveis pela produção das memórias discursivas em torno do sistema público de saúde brasileiro" (Machado, 2020, p. 314).

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A circulação de informações sobre a saúde pública no Brasil é fundamental para a garantia desse direito à população, e, além dos noticiários, as instituições produzem grande parte do conteúdo é produzido pelas instituições públicas vinculadas ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação, que é responsável pelo ensino em saúde no país. Estas instituições, ou organizações, que, segundo Kunsch (2003) são subsistemas de um sistema maior, a sociedade, atuam como fontes de informação para os veículos jornalísticos e, considerando o contexto onde há circulação exacerbada de informações - conceito que a Organização Mundial da Saúde chamou de infodemia – as organizações de saúde pública trabalham, ainda, no combate à desinformação, prestando esclarecimentos por meio das assessorias de imprensa e tendo o compromisso com a transparência.

As redes digitais (*Instagram, Facebook, X, Tik Tok*) são algumas das ferramentas utilizadas pelas instituições de saúde para a prestação e circulação de informações à população. Para Sodré (2002, p. 18), "o desenvolvimento dos sistemas e das redes de comunicação transforma radicalmente a vida do homem contemporâneo", e essas transformações contribuem para a modificação dos elementos estruturantes da vida cotidiana (Heller, 1992).

Este trabalho tem como objetivo iniciar uma reflexão sobre o papel das instituições públicas de saúde no cotidiano marcado pelo processo de midiatização. Para isso, serão apresentados aspectos como a estrutura da vida cotidiana descrita por Heller (1992), os processos de midiatização e midiatização da saúde e, finalmente, o papel dessas instituições no cotidiano midiatizado. Como metodologia, é realizada uma revisão de literatura a respeito dos principais conceitos do campo do cotidiano (Heller, 1992), da midiatização (Hjavard, 2015; Krotz, 2007; Hepp, 2020; Hall, 2003; Barbero, 1997; Sodré, 2014) e autores da comunicação pública e comunicação da saúde, visando construir uma linha de raciocínio que relacione os conceitos com o objeto de estudo escolhido, que são as instituições de saúde.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Estrutura da vida cotidiana

Heller (1992), caracteriza a vida cotidiana como tendo nove elementos estruturantes. A autora preconiza que não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultra generalização, mimese e entonação (Heller, 1992, p. 27). O homem, para a autora, é um ser genérico, que é produto e expressão de suas relações sociais, e gênero humano não pode ser apenas um homem sozinho, mas a integração entre as pessoas, que possuem motivações pessoais e coletivas.

Os grupos sociais, por sua vez, são compostos por pessoas diferentes, mas que aprendem as habilidades sociais imprescindíveis para a vida cotidiana em sociedade. E estas habilidades se adquirem por meio da assimilação, da analogia e das trocas espontâneas entre os indivíduos. “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (idem, p. 18).

Mesmo não sendo um elemento estruturante citado pela autora, defende-se que o cuidado com a saúde é um elemento da cotidianidade e da vivência em sociedade. Pode-se dizer que é uma atividade do gênero humano, pois tem motivações particulares, mas também, coletivas. Quando tomamos vacinas, por exemplo, trata-se de um cuidado individual e de um pacto coletivo para evitar a transmissão de doenças para as pessoas ao redor.

Midiatização da saúde

Uma atividade essencial para que o cuidado com a saúde seja adotado pelos indivíduos são as campanhas de divulgação e comunicação. Esse movimento foi iniciado na década de 1920, quando o então Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o qual “incluiu a propaganda e a educação sanitária como estratégia para fazer face às questões de saúde, principalmente as epidemias e a adoção de medidas higiênicas” (Araújo e Cardoso, 2007, p. 24).

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A partir da década de 1980, com a 8ª Conferência Nacional de Saúde como marco para a saúde pública no Brasil e, posteriormente, com criação do Sistema Único de Saúde, os debates sobre o direito à saúde e o direito à comunicação se aprofundaram, pois "a promoção do direito à comunicação é um dos requisitos para se garantir o exercício da cidadania e a participação popular, que são princípios constitutivos do SUS e reivindicações sociais prioritárias desde os anos 1980" (Stevanim e Murtinho, 2021, p. 36).

Autores como Hjavard (2015), Krotz (2007) e Hepp (2020) definem a midiatização como um processo onde a mídia tem papel central no cotidiano. Hjavard define a midiatização como um processo que enfatiza a "importância intensa e transformadora da mídia na cultura e na sociedade" (Hjavard, 2015). Krotz (2007) acrescenta que a midiatização é um processo que permeia as dimensões econômica, social e cultural. Hepp (2020) trabalha o conceito de midiatização profunda, na qual o desenvolvimento das sociedades acompanha o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Entende-se que a contribuição do hemisfério norte é fundamental para os estudos da midiatização como processo, mas que é preciso considerar não apenas o ponto de vista do emissor, mas as características sociais, econômicas e culturais do receptor, que é ator importante na circulação das informações, o que está presente em alguns autores latino-americanos.

Hall (2003) considera que, para que a mensagem possa ter um efeito, ela precisa, primeiro ser "apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada" (p. 390). Barbero (1997), com a teoria das mediações, também considera a perspectiva do receptor, enfatizando que, mesmo que os meios de comunicação mudem a sociedade, a sociedade também tem a capacidade de alterar a lógica da mídia, o que o autor chama de "mediações culturais da comunicação".

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Sodré (2014) classifica como *bios midiático* a ambiência onde acontecem os processos de apropriação cultural mediados pelos meios de comunicação, descrevendo a midiatização como tecnologia de sociabilidade (Sodré, 2014, p. 21).

Pesquisas como as de Antônio Fausto Neto (2012) discorrem sobre a midiatização da ciência, que é, conforme o autor, a "submissão" do discurso científico à lógica da mídia. Schäfer (2014) aponta que a midiatização da ciência é um assunto relevante para os estudos em ciências da comunicação.

Pode-se observar, também, que a midiatização está presente na área da saúde, pois os discursos que saem dos consultórios estão cada vez mais presentes no cotidiano por meio da atuação dos meios de comunicação social e possuem diversas apropriações por parte dos setores da sociedade. Há, inclusive, o conceito de "medicalização", que amplia a jurisdição da medicina para campos não médicos (Azevedo, 2018, p. 11).

Com a pandemia de covid-19 (2020-2023), tornou-se ainda mais recorrente o fenômeno da midiatização da saúde, considerando o contexto da época, marcado pela circulação de notícias falsas *(fake news*) e outras formas de desinformação. No entanto, estudos como os Massarani (2011) e Sacramento & Paiva (2020) apontam que, desde a primeira década do século XXI já havia maior preocupação por parte dos veículos de mídia com a desinformação e a busca por fontes confiáveis de informação.

O papel das instituições públicas de saúde no cotidiano midiatizado

As instituições públicas de saúde, por sua vez, possuem papel decisivo como fonte de informação para os veículos de comunicação, principalmente os jornalísticos. Com este papel, as organizações cumprem uma função relevante na sociedade, que é a garantia do direito à informação, que é um dos princípios da comunicação pública. Para Duarte (2016),

> "A ação em Comunicação Pública pode ser movida por alguns princípios fundamentais: a democratização da informação, afinal todo cidadão deve ter acesso às informações relevantes para sua inserção na sociedade e exercício de seus direitos; a adoção da perspectiva do cidadão nos processos, já que a

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

> comunicação deve estar atenta ao sentimento, interesse e necessidades da população e, também, o estabelecimento de vias de mão dupla, por meio de canais de diálogo e interação entre a sociedade, seus diferentes segmentos e os governos" (Duarte, 2016, p. 53)

As instituições municipais, estaduais e federais que estão vinculadas ao Sistema Único de Saúde brasileiro têm como papel, além da prestação de serviços de saúde, a comunicação de informações corretas e acessíveis ao cidadão, possibilitando a garantia do direito universal à saúde. Machado (2020), analisou 30 anos de notícias sobre o SUS e cunhou o conceito do SUS midiático, que observa que os veículos jornalísticos contribuem para a construção de memórias sobre a saúde pública brasileira, e nota, ainda, que há uma naturalização do SUS no cotidiano.

Estudos como os de Caracciolo & Clemente (2024) apontam que as universidades públicas, por meio de seus hospitais universitários que prestam serviços de média e alta complexidade em saúde, atuam também na prestação de informação para o cidadão por meio de seus canais de comunicação próprios (redes digitais e websites, além das ouvidorias), além da interação com os veículos jornalísticos através das assessorias de imprensa. Durante a pandemia de covid-19, por exemplo, essas instituições forneceram, além de dados sobre casos suspeitos e confirmados, orientações de especialistas, além de compartilhar a rotina dos profissionais de saúde, as medidas de prevenção adotadas pelas instituições e campanhas para doação de insumos (Caracciolo & Clemente, 2024, p. 235-236), evidenciando a importância dessas instituições no cotidiano de uma pandemia midiatizada.

Considerações finais

A partir de uma revisão de literatura, este trabalho inicia uma reflexão sobre a midiatização da saúde pública no Brasil e o papel da comunicação institucional e da comunicação pública para a garantia do direito universal à saúde.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Considera-se, neste estudo, que o processo de midiatização, o qual trabalha a circulação de informações, é facilitador da comunicação pública, que inclui a participação popular e a inserção do indivíduo na vida cotidiana. E que o cuidado com a saúde é, ainda, inerente ao gênero humano, pois parte de interesses individuais e coletivos.

Inseridas no *bios midiático*, as instituições de saúde, por sua vez, são organizações que possuem uma missão junto aos cidadãos e que estão presentes no cotidiano, não apenas na prestação de serviços de saúde, mas também como fontes de informação, colaborando para que todos tenham acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Referências

ARAÚJO, Inesita Soares; CARDOSO, Janine. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso de. Considerações sobre a medicalização: uma perspectiva cultural contemporânea. Rev.CES Psico, 11(2), 1-12, 2018. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v11n2/2011-3080-cesp-11-02-00001.pdf> Acesso em 21. abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7082, de 27 de janeiro de 2010. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm > Acesso em 14 dez. 2022

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

CARACCIOLO, P. CLEMENTE, F. Comunicação pública da saúde: os hospitais universitários como fonte de informação do portal G1 na pandemia covid-19. In: Revista Culturas Midiáticas, PPGC/UFPB, v. 22 – nov.24.

DUARTE, J. Os desafios da comunicação pública. In: PAULINO, Fernando (Org.). Lusocomum: transparência, governança, accountability e comunicação pública. 1ed. Brasília, DF: Casa das Musas: 2009, v. 1, p. 51-59

FAUSTO NETO, Antônio. Midiatização da ciência: cenários, desafios e possibilidades. Eduepb, 2012.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HEPP, Andreas. Da midiatização à midiatização profunda. In: FERREIRA, Jair et al (Org.). Midiatização, polarização e intolerância (entre ambientes, meios e circulação). Santa Maria: Facos - UFSM, 2020, p.23-37.

HJAVARD, Stig. Da mediação à midiatização: a institucionalização das novas mídias. In: Parágrafo, v.2 n.3, jul-dez, 2015

KROTZ, Friedrich. The metaprocess “Mediatization” as a conceptual frame. Global Media and Communication 3(3):256-260, 2007

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4ª edição – revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2003

MASSARANI, LM et al. Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da Covid-19. Liinc em Revista. 2021;

MACHADO, Izamara Bastos. O SUS midiático: historicidades e sentidos sobre saúde pública no jornal O Globo (1988-2018). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 1997.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [internet]. Disponível em: https://bit.ly/3gT87w6.

SACRAMENTO, I. PAIVA, R. Fake news, WhatsApp e vacinação contra febre amarela no Brasil. Matrizes. 2020;14(1):79-106.

SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. Direito à comunicação e saúde (Coleção Temas em saúde). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.